

Copyright © Russell Philip Shedd

Título do original: *Justification and Personal Christian Living*

1.<sup>a</sup> edição: 2000

Reimpressão: 2005

2.<sup>a</sup> edição revisada: 2010

Publicado com a devida autorização e com todos os direitos reservados por SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA  
Caixa Postal 21266, São Paulo, SP, 04602-970  
www.vidanova.com.br

Proibida a reprodução por quaisquer meio (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos, gravação, estocagem em banco de dados, etc.), a não ser com citações breves com indicação de fonte.

ISBN 978-85-275-0426-3

Impresso no Brasil/ *Printed in Brasil*

---

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marisa Lopes

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Sérgio Siqueira Moura

REVISÃO

Kátia Costa dos Santos

Rosa Ferreira

REVISÃO DE PROVAS

Josiane Santos de Almeida

DIAGRAMAÇÃO

Sk editoração

CAPA

Rima Comunicação

---

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| <i>Prefácio</i> .....  | 7  |
| <i>Introdução</i> .....  | 9  |
| 1. União entre justificação e vida cristã pessoal<br>nos ensinamentos de Jesus ..... | 17 |
| 2. Implicações da justificação em Atos .....   | 26 |
| 3. O relacionamento entre justificação e<br>santificação nas cartas de Paulo .....   | 29 |
| 4. Justificação significa vida em Cristo pela fé .                                   | 37 |
| 5. Justificação e perfeccionismo .....   | 43 |
| <i>Conclusão</i> .....   | 46 |



## Prefácio

UMA DAS PIORES DOENÇAS DA MODERNIDADE É O descrédito cego com relação a doutrinas. A palavra “doutrina” nos últimos anos tem sido evitada e até apagada, nos casos mais extremos, do vocabulário de algumas igrejas. É óbvio que mesmo aqueles que negam seguir alguma doutrina de um modo ou de outro estão, na prática, baseando-se em alguma forma de normas estabelecidas.

Muitas são as doutrinas centrais da fé evangélica. Cerca de 500 anos atrás, os Reformadores viam-se lutando contra o estado mórbido em que se encontrava a Igreja Católica Romana. Foi a (re)descoberta iluminadora da grande doutrina da justificação pela graça apenas, por meio da fé, que trouxe um novo ar de esperança para uma igreja que se encontrava cheia de superstições, pecados e, acima de tudo, destituída da mensagem central do evangelho. Essa volta à fonte deu um novo rumo à história eclesiástica, impulsionada pela prática da justificação graciosa de Deus.

Passados alguns anos, agora em um novo continente, a América do Norte, o mundo testemunharia o que mais tarde se chamaria o Primeiro Grande Avivamento da Igreja. Jonathan Edwards, o pastor, teólogo e maior filósofo que a América já

gerou, foi o homem usado por Deus para despertar o seu povo. Em 1734, diante da grande controvérsia emergente nas redondezas de Northampton, Nova Inglaterra, a respeito do arminianismo, Edwards pregou uma série de mensagens, a primeira delas sobre “a grande doutrina da justificação pela graça apenas por meio da fé”.

O resultado foi surpreendente. “Um grande interesse nas grandes verdades da religião generalizou-se por toda a cidade, e entre todas as classes de pessoas [...] Tão grande era a ação do Espírito de Deus, que era quase impossível encontrar uma pessoa na cidade, nova ou idosa, que não estivesse preocupada com as grandes coisas do mundo eterno.” A cidade estava tomada de alegria, amor e pranto; o avivamento havia tomado conta da região.

A verdadeira doutrina (*didache*, ensino) bíblica tem esse poder surpreendente de transformar, pela iluminação do Espírito Santo, pessoas mortas em seus delitos em pessoas vivas e atuantes. Esse é o cerne deste livro: instilar o interesse pela doutrina bíblica para que esta influencie a prática cristã. Pessoas justificadas são pessoas transformadas, e a evidência está numa vida cristã dinâmica, autêntica e contagiante, produzindo muitos frutos.

Que Deus possa usar esta mensagem da mesma forma que a usou no século I, no Oriente Médio, com a Inauguração da Igreja; no século XV, na Europa, com a Reforma; no século XVII, nos Estados Unidos, com o Grande Avivamento; e, quem sabe, no século XXI, no Brasil, com o “Novo Avivamento”, para a Glória de Deus Pai. Amém!

## Introdução

O CORAÇÃO VIVO DO EVANGELHO ESTÁ NA DOCTRINA da justificação pela graça apenas por meio da fé. Dentre os presentes de Deus ao homem, nenhum se compara com as boas-novas de que Deus, graciosamente, justifica pecadores que aceitam seu perdão. Essa verdade promove não somente o alicerce seguro da salvação, mas o próprio incentivo à santificação. Isso nem sempre foi assim. Calvino disse que “a justificação é a principal articulação pela qual a religião se move”.<sup>1</sup> Lutero incisivamente afirmou: “As promessas de Deus oferecem o que os mandamentos de Deus exigem e cumprem o que a lei prescreve, para que todas as coisas possam ser exclusivas de Deus”.<sup>2</sup> Todavia, por mais confiantemente que essas verdades tenham

<sup>1</sup> *Instit.* III.11.1, apud Paul Schrottenboer (ed.), “An Evangelical Perspective on Roman Catholicism II”, *ERT* 11, 1987, p. 81.

<sup>2</sup> *The Freedom of the Christian*, apud Paul Schrottenboer (ed.), *art. cit.* 81. Cf. Martin Luther, *Table Talk*, T. G. Tappert (ed.), Philadelphia, 1967, p. 340.

sido afirmadas, a justificação sem obras pode encobrir uma concepção errônea fatal. Através da história da igreja, muitas vezes tem-se deixado de lado a exigência por santificação por falta de compreensão da justificação.<sup>3</sup> O objetivo deste livro é tentar esclarecer as implicações necessárias da justificação para a vida cristã pessoal.

## Considerações preliminares

Jesus e os escritores do Novo Testamento ensinam que Deus absolve pecadores como se confirmasse a total inocência deles, ainda que tenha se negado a confiar em alguns líderes judeus contemporâneos de mérito.<sup>4</sup> Tudo que pecadores podem esperar como salário é a morte (Rm 6.23). O justo, por outro lado, receberá “louvor” (Rm 2.29), “honra” (Rm 2.7) e “prêmio” (Fp 3.14) de Deus no juízo. Esse tipo de “prêmio” é um dom (*praemium*), concedido não por um preço ou valor merecido (*pretium*), e sim por causa da natureza da justificação. Ninguém a merece, nem Deus a deve (Rm 4.4).<sup>5</sup> Mas se seres humanos não podem acrescentar nada à graça de Deus, por que, então, os redimidos precisarão um dia enfrentar o juízo (2Co 5.10)? Se Deus dá aos crentes todas as virtudes e os valores cristãos, é necessário, ainda assim, que a justiça que Deus atribui seja confirmada por uma vida santa? Crer no senhorio de Jesus Cristo e se submeter a ele nega a necessidade de esforço próprio e disciplina? Spurgeon atribuiu a “raiz da obediência à fé”, “exatamente como um capitão confia em

<sup>3</sup> G. C. Berkouwer, *Faith and Justification*, Grand Rapids, 1964, p. 18.

<sup>4</sup> R. P. Shedd, *Man in Community*, Grand Rapids, 1964, p. 59-71.

<sup>5</sup> H. G. Link, *NIDNT* 3. 161. Cf. J. Cheeseman, P. Gardner, M. Sadgrove, T. Wright, *The Grace of God in the Gospel*, London, 1972, p. 46.

um piloto para dirigir seu navio a um porto [...] ou um paciente confia em um médico, seguindo cuidadosamente suas orientações”.<sup>6</sup> Se todos os cristãos de fato demonstrassem um desejo sério de imitar e obedecer ao Senhor, não haveria necessidade de se fazer tal pergunta. Porém, até mesmo uma visão genérica e indulgente do mundo cristão mostra que a última área a ser acatada é a da submissão total do coração ao senhorio de Cristo.<sup>7</sup>

É possível imaginar o coletor de impostos, um membro de uma classe notória de opressores, indo para casa justificado, mas não transformado, depois de orar pedindo misericórdia (Lc 18.14)? Será que sua justiça a partir daquele momento supera a do fariseu (Mt 5.20)? A declaração pública de Zaqueu sobre sua intenção de reparar o mal que causara chamou a atenção por uma resposta positiva de Jesus (Lc 19.9); mas o que Jesus teria dito se Zaqueu tivesse continuado na prática de extorsão e de outros atos perversos? Jesus pregou: “Pelos seus frutos os conhecereis” (Mt 7.16).<sup>8</sup> Quão profundamente arrependido estava o ladrão crucificado a quem Jesus prometera que o acompanharia ao paraíso (Lc 23.40-43)?

Ninguém negaria que Deus deseja que seu povo seja caracterizado por uma santidade prática (Lv 11.44; 1Pe 1.16). J. I. Packer escreveu: “A santidade é ordenada; Deus a quer, Cristo a requer. A Escritura a prescreve. Uma avalanche de

<sup>6</sup> *All of Grace*, apud D. Hunt, *Beyond Seduction*, Eugene, 1987, p. 86.

<sup>7</sup> A. W. Tozer, “The Waning Authority of Christ in the Churches”, *Great Sermons of the 20th Century*, compilado por P. Gunther, Westchester, 1986, p. 9-15.

<sup>8</sup> Ver B. L. Smith, “The Bible and Morality”, *Themelios* 6, 1969, p. 45s.



textos bíblicos e argumentos teológicos estão prontos para provar esse ponto”.<sup>9</sup> Mas a pergunta permanece: se os justificados precisam praticar justiça, se eles precisam fazer um esforço pessoal e consciente para obedecer e agradar a Deus, como, então, é gratuito o dom da graça?

“A falta da justificação como categoria teológica separada da santificação é um fator predominante na formação da espiritualidade anterior à Reforma”.<sup>10</sup> Os teólogos da Reforma corretamente culparam o dogma tradicional da Igreja Católica por afirmar que na justificação Deus infundiu justiça em vez de declarar justos os pecadores. Mas as promessas da nova aliança vão além da misericordiosa proclamação de absolvição de Deus (cf. Hb 8.12; Jr 31.31-34). Deus também prometeu “imprimir na sua mente as (suas) leis, também sobre o seu coração as inscrever” (Hb 8.10). Mantendo o mesmo padrão dessas promessas, Jesus não somente perdoou a mulher que cometera adultério; ele a advertiu para “não pecar mais” (Jo 8.11). Mais do que uma recomendação séria, as Escrituras impõem submissão completa, resultado de uma aliança radical, da entrega total do coração a Deus, em obediência a suas exigências absolutas.<sup>11</sup>

A centralidade da justificação afeta a concepção da igreja sobre sua missão. Paul Tillich falou para uma audiência atenta em Edimburgo que a tarefa que cabe aos cristãos é anunciar a aceitação perdoadora dos pecadores por Deus. Para ele, a boa-nova que o mundo precisa ouvir é esta: “Não existe

<sup>9</sup> J. I. Packer, “Put Holiness First”, *Christian Life*, maio 1985, p. 47.

<sup>10</sup> R. F. Lovelace, “Evangelical Spirituality: a Church Historian’s Perspective”, *JETS* 31, 1988, p. 26.

<sup>11</sup> M. Griffiths, *Take My Life*, Chicago, 1967, p. 14.

condenação”. O amor de Deus anula a ameaça de sua ira.<sup>12</sup> Uma vez que Jesus Cristo fez propiciação pelos pecados de todo o mundo (1Jo 2.2), o juízo foi eliminado, e todas as coisas foram reconciliadas por meio dele (Cl 1.20). Por esse tipo de doutrina truncada, homens e mulheres são atraídos pela areia movediça do universalismo.<sup>13</sup>

Uma oferta de “graça barata”, porém, não está confinada a universalistas que negam a condenação final dos pecadores não arrependidos por Deus. Um ramo influente de cristãos evangélicos ensina que submissão a Cristo como Senhor é algo opcional. Para ser salva, uma pessoa precisa apenas confiar em Jesus como salvador. De acordo com essa compreensão, somente aqueles que já creem em um salvador podem reconhecê-lo como Senhor.<sup>14</sup> A salvação não está condicionada à obediência, pois isso introduziria as “obras” como base para regeneração. Baseando-se na conhecida referência paulina aos cristãos “carnais” (1Co 2.15—3.4), tal grupo sustenta que Paulo endossa a ideia de que é desnecessário o arrependimento que produz mudança de vida.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Da memória do autor de uma palestra em New College, Universidade de Edimburgo, em 1954.

<sup>13</sup> Cf. R. Nicole, “Universalism: Will Everyone Be Saved?” *CT*, 20 mar. 1987, p. 32-39. Note o comentário de P. Tillich: “Simplesmente aceites o fato de que tu és aceito”, em seu livro *The Shaking of the Foundations*, New York, 1948, p. 162; apud L. O. Hynson, *To Reform the Nation*, Grand Rapids, 1984, p. 99.

<sup>14</sup> Cf. J. F. MacArthur Jr., *The Gospel According to Jesus*, Grand Rapids, 1988. R. C. Sproul comentou: “Este livro apresenta uma refutação tão necessária da falsa dicotomia entre Salvador e Senhor que ameaça a teologia evangélica”, em *New Books*, Zondervan, 1988, p. 23. MacArthur explicou o atual afastamento da visão cristã ortodoxa da justificação.

<sup>15</sup> R. Wager, “This So-Called Lordship Salvation”, *Signal Magazine*, apud *Confident Living*, jul./ago. 1987, p. 55.

Outra posição, recentemente surgida no Brasil, advoga que a regeneração capacita os cristãos de tal forma, que estes vencem o pecado e triunfantemente celebram a salvação completa do poder de Satanás e do mal. A impecabilidade e a aniquilação da “carne” fazem supor que a santificação, como a justificação, constituem ambas um dom gratuito, recebido no momento do exercício da fé salvífica.

Uma posição intermediária, comum entre alguns que abraçam o arminianismo, não visualiza a justificação como um dom inalienável de Deus. Se o cristão falha em viver conforme um padrão mínimo de justiça, incorre na penalidade de perder sua salvação. O arrependimento e a reconciliação podem restaurar o caído à posição de filho outra vez. Assim, o cristão é direcionado a uma segurança subjetiva, que resulta em medo de condenação por parte dos que são moralmente sensíveis e em complacência por parte dos autoconfiantes.

Tamanha divergência de opiniões entre evangélicos torna apropriado explorar a questão do que Deus exige de seus filhos. Qualquer teologia que separa o joelho dobrado da mão aberta na fé salvífica ameaça a verdade do evangelho. A fé vincula o compromisso a Cristo como uma pessoa completa, não como um papel especial a se desempenhar.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Muitos têm indicado o erro comum de interpretar 1Coríntios 3 como dois tipos distintos de cristãos. Essa ideia nega uma das bênçãos centrais da nova aliança (Hb 8.6-10). Ela não distingue entre a fé salvífica e a fé ilegítima (Jo 2.22s; 12.42s; Lc 8.13; At 8.12-22, etc). Ela omite o arrependimento (At 20.20s), apresenta uma segurança falsa (Hb 6.8,12-14; 1Pe 1.15ss) e ameaça a inversão para o antinomianismo, exigindo um segundo trabalho da graça para a pessoa passar de cristão “carnal” para “espiritual”. Ver J. F. MacArthur Jr., *op. cit.* Para uma posição contrária, ver Z. C. Hodges, *The Gospel Under Siege*, Dallas, 1981, p. 114s.

Se na suntuosa Igreja Ocidental a maior ameaça ao cristianismo bíblico é o senhorio opcional de Cristo — ou, nas palavras de C. Walsh, “vacinar um homem com uma dose suave de cristianismo para protegê-lo da verdadeira doença”<sup>17</sup> —, nas igrejas mais novas o legalismo é exuberante. Algumas partes do mundo acreditam em um evangelho que tem sido descrito como “verdade sem consequências”, enquanto em outras a justificação é recebida com a implicação de vitória completa sobre a tendência do mal interno. Explorando de novo o relacionamento bíblico entre justificação e vida prática, esperamos que uma visão mais equilibrada venha a emergir para iluminar nosso caminho. Muito peso deve ser dado ao ensino de Jesus nos Evangelhos. As evidências de Atos e sobretudo das epístolas de Paulo serão acrescentadas para embasamento deste livro.

<sup>17</sup> *Early Christians of the Twenty-first Century*, apud H. G. Hendricks, *Taking a Stand*, Portland, 1979, p. 170.